

Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A.

CNPJ: 29.298.774/0001-22

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Com relatório dos auditores independentes

Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório da administração	2
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	3
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Teresina, 18 de março de 2024.

Diretoria executiva	Descrição do cargo
Bruno Riga	Diretor-Presidente
Fabio Destefani Campos	Diretor de Operação e Manutenção
Luciano Alves de Oliveira	Diretor de Construção
Vago	Diretor de Compras
Vago	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle

Relações com Investidores

Fábio Romanin

Contadora Responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A.
Teresina - PI

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Nagib Mattar Neto
Contador CRC RJ-116077/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	50	1.949
Contas a receber de clientes	4	8.222	9.553
Outros tributos compensáveis		158	158
Outros créditos	6	16.741	2.578
Total do ativo circulante		25.171	14.238
<u>Ativo não circulante</u>			
Depósitos vinculados		3	3
Cauções e Depósitos	5	1.921	1.714
Imobilizado	7	327.751	310.690
Intangível	8	2.440	2.510
Total do ativo não circulante		332.115	314.917
Total do ativo		357.286	329.155

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2023	31.12.2022
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	9	66.279	66.468
Empréstimos e financiamentos	10	88.528	45.700
Obrigações por arrendamentos		49	46
Imposto de renda e contribuição social a pagar		325	187
Outras obrigações fiscais		455	588
Encargos setoriais		14	13
Ressarcimento mercado regulado	11	8.207	10.277
Redução de capital	14	-	144.000
Outras obrigações		11.161	6.208
Total do passivo circulante		175.018	273.487
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	10	55.399	59.597
Obrigações por arrendamentos		1.017	1.038
Outras obrigações fiscais		6.345	6.026
Provisão para desmantelamento	12	637	350
Provisões para processos judiciais	13	54	63
Redução de capital	14	144.000	-
Total do passivo não circulante		207.452	67.074
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	14	91.325	75.325
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.800	-
Prejuízos acumulados		(119.309)	(86.731)
Total do patrimônio líquido		(25.184)	(11.406)
Total do passivo e do patrimônio líquido		357.286	329.155

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Receita líquida	15	20.738	22.882
Custo do serviço	16	(36.185)	(36.210)
Prejuízo bruto		(15.447)	(13.328)
Despesas operacionais	16		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(721)	(1.554)
Despesas gerais e administrativas		(2.297)	(9.442)
Outras receitas operacionais		5.786	-
Total (despesas) receitas operacionais		2.768	(10.996)
Resultado do serviço		(12.679)	(24.324)
Resultado financeiro	17		
Receitas financeiras		436	656
Despesas financeiras		(17.607)	(11.378)
Total do resultado financeiro		(17.171)	(10.722)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(29.850)	(35.046)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(2.729)	(867)
		(2.729)	(867)
Prejuízo do exercício		(32.579)	(35.913)
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	14	(0,36)	(0,48)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2023	31.12.2022
Prejuízo do exercício	(32.579)	(35.913)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	(32.579)	(35.913)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	219.325	-	(50.818)	168.507
Redução de capital	(144.000)	-	-	(144.000)
Prejuízo do exercício	-	-	(35.913)	(35.913)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	75.325	-	(86.731)	(11.406)
Aumento de capital	16.000	-	-	16.000
Prejuízo do exercício	-	-	(32.579)	(32.579)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	2.800	-	2.800
Saldo em 31 de dezembro de 2023	91.325	2.800	(119.309)	(25.184)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(32.579)	(35.913)
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	721	1.554
Encargos financeiros sobre arrendamento	107	109
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	10.293	3.601
Depreciação e amortização	14.454	11.167
Baixa de imobilizado	148	6.412
Atualização financeira - desmantelamento	44	51
Juros e variações monetárias	2.272	4.027
Custo da transação	44	44
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.729	867
Provisões para processos judiciais e outros riscos	(9)	7
Redução (aumento) dos ativos:		
Contas a receber de clientes	610	(1.862)
Outros tributos compensáveis	-	(13)
Cauções e depósitos	(207)	(184)
Outros créditos	(14.163)	228
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(189)	12.139
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(10)	(12)
Outras obrigações fiscais	186	487
Ressarcimento mercado regulatório	(2.070)	(1.973)
Encargos setoriais	1	13
Outras obrigações	4.953	2.634
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.581)	(1.387)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(1.307)	(1.015)
Pagamentos de juros de arrendamento	(78)	(99)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(16.631)	882
Atividades de investimentos:		
Adições de imobilizado e intangível	(31.350)	(30.591)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(31.350)	(30.591)
Atividades de financiamentos:		
Aumento de capital	16.000	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.800	-
Captação de empréstimos e financiamentos	33.478	38.879
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(6.150)	(8.298)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(46)	(28)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	46.082	30.553
Variação no caixa líquido da Companhia	(1.899)	844
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.949	1.105
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	50	1.949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A. (“Companhia”) foi constituída em 20 de dezembro de 2017, com sede na cidade do Teresina, estado de Piauí, controlada pela Enel Brasil S.A., e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem solar, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social.

A Companhia explora o potencial solar de 46 MW no município de São Gonçalo do Gurguéia, Estado da Piauí, que foi objeto da Portaria nº 161/2018-ANEEL, com contrato vigente até 14 de maio de 2053. Através do despacho ANEEL nº 929/2020 de 2 de abril de 2020 a Companhia obteve autorização para a implantar e explorar a operação Geradora Fotovoltaica (UFV).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia considerou a Orientação Técnica OCPC 07 (R1) e o Pronunciamento Contábil CPC 26 (R1) para divulgação das políticas contábeis que, a partir de 1º de janeiro de 2023, exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais” em vez de “significativas”.

Estas alterações não resultaram em nenhuma mudança relevante, veja nota explicativa 2.4. A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

A administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 18 de março de 2024.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2023.

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis atualmente utilizadas pela Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50 – Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Divulgação de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o lucro	Reforma tributária internacional - Regras modelo do pilar dois	23 de maio de 2023

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, foram avaliadas e não se espera impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com <i>covenants</i> .	1º de janeiro de 2024
CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – instrumentos financeiros: evidenciação	Requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
<u>CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio</u>	Falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou <i>Joint venture</i>	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	A data efetiva dessas alterações foi diferida por tempo indeterminado. A adoção antecipada continua sendo permitida somente para IFRS.

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas.

- Nota 4 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa,
- Nota 8 – Intangível;
- Nota 12 – Provisão para desmantelamento,
- Nota 13 – Provisão para processos judiciais, e
- Nota 20 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (nota explicativa nº 20). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e contas correntes bancárias	50	957
Aplicações financeiras		
Operações compromissadas	-	992
Total	50	1.949

As aplicações financeiras, representadas principalmente por Certificados de depósitos bancários - CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os investimentos em operações compromissadas tinham taxa de remuneração em média a 80% do CDI (não houve operações em 2023).

4. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	A vencer	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias	31.12.2023	31.12.2022
Suprimento de energia - ACR - Ambiente de contratação regulado	1.881	1.196	2.674	5.751	3.809
Mecanismo de Curto Prazo - MCP	180	-	209	389	2.859
Contas a receber - partes relacionadas (nota 19)	659	-	3.713	4.372	4.455
	<u>2.720</u>	<u>1.196</u>	<u>6.596</u>	<u>10.512</u>	<u>11.123</u>
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(12)	(31)	(2.247)	(2.290)	(1.570)
Total	<u>2.708</u>	<u>1.165</u>	<u>4.349</u>	<u>8.222</u>	<u>9.553</u>

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), são realizados no Mercado de Curto Prazo (MCP) e são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Uso de estimativas:

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A Companhia não constitui provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE (ACR e MCP) e, em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	Adição	Reversão	31.12.2023
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(1.570)	(4.312)	3.592	(2.290)
Total	(1.570)	(4.312)	3.592	(2.290)

	31.12.2021	Adição	31.12.2022
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(16)	(1.554)	(1.570)
Total	(16)	(1.554)	(1.570)

5. Cauções e depósitos

	31.12.2023	31.12.2022
Fundo de liquidez do BNB	1.921	1.714
Total	1.921	1.714

O saldo de R\$ 1.921, em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.714 em 31 de dezembro de 2022), é composto por valores em garantia conforme definido nos contratos de financiamento com o Banco do Nordeste - BNB. O saldo da conta é calculado mensalmente pelo BNB e deverá ser mantido na conta até o vencimento (nota explicativa nº10).

Uma vez que as contas estão atreladas ao empréstimo captado, com data de vencimento em 15 de dezembro de 2039, a rubrica de cauções e depósitos encontra-se classificada como não circulante no balanço em 31 de dezembro de 2023.

6. Outros créditos

	31.12.2023	31.12.2022
Adiantamentos a fornecedores	7.854	503
Peças e materiais para reposição (a)	2.368	1.217
Contas a receber - partes relacionadas (nota 19)	848	848
Indenização de seguros (b)	5.670	-
Outros	1	10
Total	16.741	2.578

- a) O saldo de R\$ 2.368 (R\$ 1.217 em 31 de dezembro de 2022) refere-se à materiais, peças e aparatos mantidos pela Companhia para gerenciamento, manutenção e operação dos parques solares.
- b) Refere-se a indenização por dano ocasionado nos cabos de média tensão e indenização por lucro cessante em decorrência das perdas de geração de energia pelo período de 24 meses. O valor será indenizado pela seguradora contratada pela Companhia.

7. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de máquinas e equipamentos, compostos principalmente por aerogeradores e turbinas que compõem a infraestrutura operacional da Companhia, edificações, obras civis e benfeitorias.

Uso de estimativas

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia (nota explicativa nº 12).

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado nos exercícios de 2023 e 2022:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	Adição	Depreciação / amortização	Baixa	Desmantelamento	Transferência	31.12.2023
Imobilizado em serviço							
Barragens e adutoras	14.395	-	-	-	-	5.638	20.033
Edificações	91.303	-	-	-	244	9.324	100.871
Veículos	-	-	-	-	-	252	1.406
Linhas de transmissão	1.406	-	-	-	-	-	1.406
Instalações técnicas/mecânicas - Solar	210.938	-	-	(164)	-	19.089	229.863
	318.042	-	-	(164)	244	34.303	352.425
Depreciação acumulada							
Barragens e adutoras	(897)	-	(1.188)	-	-	-	(2.085)
Edificações	(5.368)	-	(4.002)	-	-	-	(9.370)
Veículos	-	-	(6)	-	-	-	(6)
Linhas de transmissão	(117)	-	(47)	-	-	-	(164)
Instalações técnicas/mecânicas - Solar	(16.846)	-	(9.072)	16	-	-	(25.902)
	(23.228)	-	(14.315)	16	-	-	(37.527)
Imobilizado em curso							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	-	508	-	-	-	(507)	1
Máquinas e equipamentos	14.820	30.828	-	-	-	(33.796)	11.852
	14.820	31.336	-	-	-	(34.303)	11.853
Total do imobilizado	309.634	31.336	(14.315)	(148)	244	-	326.751
Ativo de direito de uso							
Terrenos	1.056	-	(56)	-	-	-	1.000
	1.056	-	(56)	-	-	-	1.000
Total	310.690	31.336	(14.371)	(148)	244	-	327.751

	31.12.2021	Adição	Depreciação / amortização	Baixa	Desmantelamento	Transferência	31.12.2022
Imobilizado em serviço							
Barragens e adutoras	-	-	-	-	-	14.395	14.395
Edificações	73.637	-	-	(6.127)	(166)	23.959	91.303
Máquinas e equipamentos	212.139	-	-	-	-	(212.139)	-
Linhas de transmissão	-	-	-	-	-	1.406	1.406
Instalações técnicas/mecânicas - Solar	-	-	-	(764)	-	211.702	210.938
	285.776	-	-	(6.891)	(166)	39.323	318.042
Depreciação acumulada							
Edificações	(3.350)	-	(2.444)	426	-	-	(5.368)
Máquinas e equipamentos	(11.393)	-	(897)	-	-	11.393	(897)
Linhas de transmissão	-	-	(47)	-	-	(70)	(117)
Instalações técnicas/mecânicas - Solar	-	-	(7.503)	53	-	(9.396)	(16.846)
	(14.743)	-	(10.891)	479	-	1.927	(23.228)
Imobilizado em curso							
Edificações	-	11.198	-	-	-	(11.198)	-
Máquinas e equipamentos	-	19.378	-	-	-	(4.558)	14.820
Outros	24.500	-	-	-	-	(24.500)	-
	24.500	30.576	-	-	-	(40.256)	14.820
Total do imobilizado	295.533	30.576	(10.891)	(6.412)	(166)	994	309.634
Ativo de direito de uso							
Terrenos	2.106	-	(56)	-	-	(994)	1.056
	2.106	-	(56)	-	-	(994)	1.056
Total	297.639	30.576	(10.947)	(6.412)	(166)	-	310.690

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados são as seguintes:

Administração	%
Barragens e adutoras	2,00%
Edificações	3,33%
Veículos	20,00%
Instalações Técnicas/Mecanicas - Solar	3,33%
Linhas de transmissão	3,33%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2023.

Ativo de direito de uso	Prazo médio remanescente (anos)
Terrenos	14

8. Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito de operar a usina de geração de energia elétrica de origem solar, durante o período da outorga.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	31.12.2023			31.12.2022	
	Em serviço			Total	Total
Custo	Amortização acumulada	Valor líquido			
Direito de uso da concessão	2.715	(301)	2.414	2.414	2.496
Custo Incremental	29	(3)	26	26	14
Total	2.744	(304)	2.440	2.440	2.510

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022					
	Circulante			Não circulante		Total circulante + não circulante
	Principal	Juros	Total	Principal	Total	
Moeda nacional						
BNB	3.331	(113)	3.218	59.597	59.597	62.815
	3.331	(113)	3.218	59.597	59.597	62.815
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas (nota 19)						
Enel Brasil	39.719	2.763	42.482	-	-	42.482
	39.719	2.763	42.482	-	-	42.482
Total	43.050	2.650	45.700	59.597	59.597	105.297

A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.811	63.248	68.059
Captações	38.879	-	38.879
Encargos provisionados	3.601	-	3.601
Encargos pagos	(1.015)	-	(1.015)
Variação monetária	4.027	-	4.027
Transferências	3.651	(3.651)	-
Amortizações	(8.298)	-	(8.298)
Custo de transação	44	-	44
Saldo em 31 de dezembro de 2022	45.700	59.597	105.297
Captações	33.478	-	33.478
Encargos provisionados	10.293	-	10.293
Encargos pagos	(1.307)	-	(1.307)
Variação monetária	2.272	-	2.272
Transferências	4.198	(4.198)	-
Amortizações	(6.150)	-	(6.150)
Custo de transação	44	-	44
Saldo em 31 de dezembro de 2023	88.528	55.399	143.927

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Empréstimos e financiamentos obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	31.12.2023
Mutuo XXI EGP - São Gonçalo 3	815	25/01/2023	25/01/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	815	Capital de Giro	929
Mutuo XXII EGP - São Gonçalo 3	1.936	14/02/2023	14/02/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	1.936	Capital de Giro	2.189
Mutuo XXIII EGP - São Gonçalo 3	3.618	15/03/2023	14/03/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	3.618	Capital de Giro	4.045
Mutuo XXIV EGP - São Gonçalo 3	2.344	10/04/2023	09/04/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	2.344	Capital de Giro	2.595
Mutuo XXV EGP - São Gonçalo 3	2.446	25/04/2023	24/04/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	2.446	Capital de Giro	2.692
Mutuo XXVI EGP - São Gonçalo 3	1.936	10/05/2023	09/05/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	1.936	Capital de Giro	2.119
Mutuo XXVII EGP - São Gonçalo 3	2.854	05/06/2023	04/06/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	2.854	Capital de Giro	3.090
Mutuo XXVIII EGP - São Gonçalo 3	1.733	15/06/2023	14/06/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	1.733	Capital de Giro	1.868
Mutuo XXIX EGP - São Gonçalo 3	3.159	14/07/2023	13/07/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	3.159	Capital de Giro	3.365
Mutuo XXX EGP - São Gonçalo 3	2.650	31/07/2023	30/07/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	2.650	Capital de Giro	2.805
Mutuo XXXI EGP - São Gonçalo 3	2.038	14/08/2023	13/08/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	2.038	Capital de Giro	2.145
Mutuo XXXII EGP - São Gonçalo 3	2.242	10/10/2023	09/10/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	2.242	Capital de Giro	2.307
Mutuo XXXIII EGP - São Gonçalo 3	2.242	16/10/2023	15/10/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	2.242	Capital de Giro	2.304
Mutuo XXXIV EGP - São Gonçalo 3	3.465	16/11/2023	15/11/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	3.465	Capital de Giro	3.520
									35.972

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Descrição	Valor do Ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	31.12.2023
BNB	67.708	05/11/2020	15/12/2039	IPCA + 1,45%	Mensalmente	Mensalmente	67.708	Capex	59.029
Mutuo I EGP - São Gonçalo 3	840	15/10/2021	01/03/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	590	Capital de Giro	1.130
Mutuo II EGP - São Gonçalo 3	540	17/01/2022	17/01/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	540	Capital de Giro	709
Mutuo III EGP - São Gonçalo 3	153	27/01/2022	27/01/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	153	Capital de Giro	200
Mutuo IV EGP - São Gonçalo 3	1.019	31/01/2022	31/01/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	1.019	Capital de Giro	1.332
Mutuo V EGP - São Gonçalo 3	5.096	15/02/2022	15/02/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	5.096	Capital de Giro	6.626
Mutuo VI EGP - São Gonçalo 3	3.057	07/03/2022	07/03/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	3.057	Capital de Giro	3.953
Mutuo VII EGP - São Gonçalo 3	510	05/04/2022	05/04/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	510	Capital de Giro	652
Mutuo VIII EGP - São Gonçalo 3	611	25/04/2022	25/04/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	611	Capital de Giro	778
Mutuo IX EGP - São Gonçalo 3	1.019	05/05/2022	05/05/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	1.019	Capital de Giro	1.291
Mutuo X EGP - São Gonçalo 3	2.038	16/05/2022	16/05/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	2.038	Capital de Giro	2.572
Mutuo XI EGP - São Gonçalo 3	1.529	25/05/2022	25/05/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	1.529	Capital de Giro	1.921
Mutuo XII EGP - São Gonçalo 3	510	05/07/2022	05/07/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	510	Capital de Giro	631
Mutuo XIII EGP - São Gonçalo 3	2.446	25/07/2022	25/07/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	2.446	Capital de Giro	3.003
Mutuo XIV EGP - São Gonçalo 3	3.159	05/08/2022	05/08/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	3.159	Capital de Giro	3.859
Mutuo XV EGP - São Gonçalo 3	2.242	25/08/2022	26/08/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	2.242	Capital de Giro	2.716
Mutuo XVI EGP - São Gonçalo 3	2.596	15/09/2022	16/09/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	2.596	Capital de Giro	3.119
Mutuo XVII EGP - São Gonçalo 3	3.363	07/11/2022	07/11/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	3.363	Capital de Giro	3.960
Mutuo XVIII EGP - São Gonçalo 3	5.605	29/11/2022	29/11/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	5.605	Capital de Giro	6.543
Mutuo XIX EGP - São Gonçalo 3	1.551	05/12/2022	05/12/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	1.551	Capital de Giro	1.806
Mutuo XX EGP - São Gonçalo 3	1.834	16/12/2022	16/12/2024	CDI + 1,90%	Bullet	Bullet	1.834	Capital de Giro	2.125
									107.955

Garantias

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato com o Banco do Nordeste conta com as seguintes garantias:

- Fiança bancária;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios, via constituição de fundo de liquidez em conta reserva.

A curva de amortização da dívida não circulante se apresenta da seguinte forma:

2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
3.641	3.657	3.746	3.666	40.689	55.399

Cláusulas restritivas (covenants)

As linhas de empréstimos contratadas não estão sujeitas a cláusulas de *covenants* financeiros.

11. Ressarcimento mercado regulado

Em 2023, a Companhia possui passivo circulante de R\$ 8.207 (R\$ 10.277, em 31 de dezembro 2022) referentes ao ressarcimento do mercado regulado. Os ressarcimentos apurados são determinados em função dos Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCER) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia Nova (LEN), Leilões de Fontes Alternativas (LFA) e Leilões de Energia Existente (LEE), e dos Contratos de Energia de Reserva (CER) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia de Reserva (LER).

As regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” desses contratos fornecem as informações para cálculo dos recursos energéticos comprometidos com os contratos por disponibilidade. Estas informações são utilizadas para apuração das eventuais infrações relacionadas basicamente às indisponibilidades e aos déficits de geração relacionados às usinas não hidráulicas que atendem os produtos associados a estes contratos.

Os pagamentos e recebimentos, devidos a título de ressarcimento, calculados segundo regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” são utilizados na consolidação dos resultados dos agentes envolvidos na

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



contratação por disponibilidade visando a liquidação financeira destas quantias de forma a atender o disposto nos contratos. A dinâmica de apuração do ressarcimento é anual e quadrienal.

O mecanismo de apuração anual segue as regras de comercialização que estabelecem que a produção de energia não entregue deve ser considerada de acordo com o valor médio anual contratado ("flat"). Este mecanismo visa realizar o acerto financeiro em virtude da diferença positiva entre o montante contratado e o montante gerado no período de apuração correspondente à receita fixa anual paga (ciclo contratual).

12. Provisão para desmantelamento

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco de 10,41% (12,42% em 31 de dezembro de 2022), tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

Uso de estimativas

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Conseqüentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida no resultado do exercício.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo do início do exercício	350	465
Revisão da estimativa	243	(166)
Atualização financeira	44	51
Saldo do final do exercício	637	350

13. Provisão para processos judiciais

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas:

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas pelo menos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Decisão STF – Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 30 de dezembro de 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

13.1 Contingência com risco provável

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos trabalhistas e cíveis, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

	31.12.2022	Reversão	Atualização monetária	31.12.2023
Cíveis	63	(8)	(1)	54
Total processos judiciais e administrativos	63	(8)	(1)	54
Total	63	(8)	(1)	54

	31.12.2021	Atualização monetária	31.12.2022
Cíveis	56	7	63
Total processos judiciais e administrativos	56	7	63
Total	56	7	63

Cíveis

A Companhia discute, no âmbito cível, principalmente a processos relacionados a reintegração de posse e servidão administrativa, bem como ações indenizatórias ajuizadas por/contra ex-fornecedores, ou ações de ressarcimento em geral, e por fim ações que envolvem temas regulatórios.

13.2 Contingência com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	31.12.2022
Trabalhistas	31	27
Cíveis	626	-
Total	657	27

Trabalhistas

Processos de natureza trabalhista, que pleiteiam responsabilidade subsidiária da Companhia, envolvendo pedidos de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, entre outros.

Cíveis

A Companhia discute, no âmbito cível, principalmente a processos relacionados a reintegração de posse e servidão administrativa, bem como ações indenizatórias ajuizadas por/contra ex-fornecedores, ou ações de ressarcimento em geral, e por fim ações que envolvem temas regulatórios.

13.3 Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Cíveis	3	3
Total	3	3

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os depósitos judiciais foram atualizados pela Poupança (TR + 0,5% a.a.), a taxa de 2,26% a.a. (taxa de 2,12% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 91.325 totalmente integralizado (R\$ 75.324 em 2022) em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2023		31.12.2022	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	91.324.685	100,00%	75.324.685	100,00%
Alba Energia Eletrica Ltda.	1	0,00%	1	0,00%
Total	91.324.686	100,00%	75.324.686	100,00%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi efetivada a redução do capital da Companhia, por considerá-lo excessivo, no montante de R\$ 144.000, com cancelamento de 144.000.000 ações detidas pela controladora Enel Brasil S.A. A restituição do valor das ações será efetuada em uma ou mais parcelas até 31 de dezembro de 2026.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 3 de julho de 2023, foi aprovado o aumento do capital da Companhia, no montante de R\$ 16.000, com a emissão de 16.000.000 ações, pela controladora Enel Brasil S.A..

14.2 Resultado por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, conforme

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



pronunciamento técnico CPC 41. O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em poder dos acionistas durante o exercício.

	31.12.2023	31.12.2022
Prejuízo do exercício	(32.579)	(35.913)
Número de ações	91.324.686	75.324.686
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	(0,36)	(0,48)

15. Receita líquida

Receita de contratos com clientes

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

	31.12.2023	31.12.2022
Suprimento de energia elétrica	13.722	15.342
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas (nota 19)	8.087	8.911
Outras receitas	109	-
	21.918	24.253
Deduções da receita		
Cofins	(828)	(717)
Pis	(179)	(155)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(173)	(499)
	(1.180)	(1.371)
Total	20.738	22.882

2023					2022			
Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais	Total	Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Total
-	-	(125)	-	(125)	-	-	(87)	(87)
19	-	-	-	19	5	-	-	5
-	-	9	-	9	-	-	-	-
(3.891)	-	474	-	(3.417)	(3.361)	-	(379)	(3.740)
2.334	-	-	-	2.334	2.379	-	-	2.379
(13.315)	-	(623)	-	(13.938)	(12.248)	-	(848)	(13.096)
-	-	(1.737)	-	(1.737)	-	-	(1.502)	(1.502)
(624)	-	-	-	(624)	(224)	-	-	(224)
(2.521)	-	-	-	(2.521)	(7.844)	-	-	(7.844)
(3.466)	-	-	-	(3.466)	(3.244)	-	-	(3.244)
(14.454)	-	-	-	(14.454)	(11.167)	-	-	(11.167)
(36)	-	-	-	(36)	(38)	-	-	(38)
90	-	-	-	90	(38)	-	-	(38)
(9)	-	-	-	(9)	(35)	-	-	(35)
-	(721)	-	-	(721)	-	(1.554)	-	(1.554)
-	-	(148)	-	(148)	-	-	(6.412)	(6.412)
(311)	-	-	-	(311)	(395)	-	-	(395)
(1)	-	(147)	5.786	5.638	-	-	(214)	(214)
(36.185)	(721)	(2.297)	5.786	(33.417)	(36.210)	(1.554)	(9.442)	(47.206)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17. Resultado financeiro

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	258	240
Juros e atualização monetária sobre inadimplência de clientes	-	150
Outras variações cambiais	163	266
Outras receitas financeiras	15	-
	436	656
Despesas financeiras		
Custo de transação	(44)	(44)
Encargos de dívidas	(12.565)	(7.628)
Encargos financeiros - compartilhamento	(3.135)	(1.835)
Atualização de impostos e multas	(344)	(355)
Atualização de provisão para processos judiciais	1	(8)
Garantias e fianças	(550)	(53)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(654)	(761)
Atualização financeira desmantelamento	(44)	(51)
Juros em arrendamento	(107)	(109)
Outras variações cambiais	(158)	(11)
Outras despesas financeiras	(7)	(523)
	(17.607)	(11.378)
Total	(17.171)	(10.722)

18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	31.12.2022
Receita de suprimento de energia elétrica	21.808	24.253
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	1.745	1.940
Rendimento de aplicações financeiras	258	240
Variação cambial	65	34
Outras receitas financeiras	11	150
Outras receitas	5.786	-
Total base de cálculo	7.865	2.364
Alíquota do imposto de renda (15%)	(1.180)	(355)
Alíquota do imposto de renda adicional (10%)	(763)	(212)
Total do imposto de renda	(1.943)	(567)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	2.617	2.910
Rendimento de aplicações financeiras	258	240
Variação cambial	65	34
Outras receitas financeiras	11	150
Outras receitas	5.786	-
Total base de calculo	8.737	3.334
Alíquota da contribuição social (9%)	(786)	(300)
Total imposto de renda e contribuição social no resultado	(2.729)	(867)

19. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro 2023 e 2022, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

19.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da transação	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Compartilhamento das despesas comuns	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(51.345)	(45.690)	(1.737)	(1.502)
Mútuo	Novembro de 2020 a dezembro de 2039	(84.898)	(42.482)	(8.938)	(2.746)
Redução de capital	Até dezembro de 2026	(144.000)	(144.000)	-	-
Total		(280.243)	(232.172)	(10.675)	(4.248)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



19.2 Empresas em controle em comum

Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Compra e venda de energia		83	(13.660)	5.566	1.067
Enel Trading Brasil S.A.	Até o final da concessão	83	(13.660)	5.566	1.067
Transmissão de energia (*)		(4)	(4)	(9)	(35)
Enel Cien S.A.	Até março de 2023	(4)	(4)	(9)	(35)
Compartilhamento das despesas comuns		649	743	-	-
Enel Green Power Sao Goncalo 1 S.A.		(605)	(514)	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 10 S.A.		290	290	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 2 S.A.		290	290	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 21 S.A.		290	290	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 22 S.A.		290	290	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 4 S.A.		290	290	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 5 S.A.		290	290	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 6 S.A.		257	257	-	-
Enel Green Power Delfina A Eólica S.A.		(790)	(790)	-	-
Enel Green Power Horizonte Mp Solar S.A.		(71)	(72)	-	-
Enel Green Power Ituverava Solar S.A.		(181)	(181)	-	-
Enel Green Power Salto Apiacás S.A.		(241)	(241)	-	-
Enel Green Power Emiliana Eólica S.A.	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(1)	(1)	-	-
Enel Green Power Aroeira 01 S.A.		213	213	-	-
Enel Green Power Ventos Santa Angela 02		(36)	(36)	-	-
Enel Green Power Fontes dos Ventos 2		23	23	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 14		102	102	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 01		141	141	-	-
Enel Green Power Santa Angela 14		(6)	(6)	-	-
Enel Green Power São Gonçalo II 07		54	54	-	-
Enel Green Power Cumaru 02		13	13	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 13		265	266	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 22		6	6	-	-
Enel Green Power Brasil Participações Ltda.		(4)	-	-	-
Enel Power do Brasil Ltda		(230)	(231)	-	-
Suporte Operacional		(1.950)	(2.052)	-	-
Enel Green Power Spa GLO	Janeiro de 2018 até o término dos serviços	(1.950)	(2.052)	-	-
Total		(1.222)	(14.973)	5.557	1.032

(*) Em dezembro de 2022, a concessão da interconexão Brasil-Argentina (Garabi I e Garabi II) foi licitada no leilão 002/2022 no lote 5 e a Cien S.A. optou por não participar da licitação. O vencedor da licitação e novo operador da concessão foi a Transmissora Aliança de Energia Elétrica – TAESA, que assumiu a concessão a partir de 31 de março de 2023. Até essa data, as transações da Companhia com a Enel CIEN, foram consideradas como transações entre partes relacionadas.

Mútuos: As operações de mútuos foram contratadas conforme as necessidades de capital de giro das mutuárias e disponibilidade de capital da mutuante (maiores detalhes na nota explicativa nº 10).

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruidoras em relação à fruição de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Compra e venda de energia: Contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), observando-se os preços e condições usuais de mercado.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de (i) prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; (ii) aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; (iii) fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; (iv) participação na execução do projeto; (v) designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Remuneração dos Administradores

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Companhia em 2023 e 2022.

20. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

Categoria	Nível	31.12.2023		31.12.2022		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	50	50	1.949	1.949
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	8.222	8.222	9.553	9.553
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	1.921	1.921	1.714	1.714
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	3	3	3	3
			10.196	10.196	13.219	13.219
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	66.279	66.279	66.468	66.468
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	143.927	119.169	105.297	72.942
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	1.066	1.066	1.084	1.084
			211.272	186.514	172.849	140.494
Total			221.468	196.710	186.068	153.713

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como Caixa e equivalente de caixa, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto, não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para as rubricas empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

20.1 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Companhia neste momento, dado as suas operações atuais).

20.2 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis (IPCA e CDI), além das variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, as quais estão atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos do resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros de 2023 fossem iguais as esperadas para os próximos 12 meses, segundo projeções baseadas na curva futura da B3, considerando a taxa de juros contratual (índice + spread). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

Indexador do contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
IPCA	3.563	4.221	658	4.872	1.309
CDI	4.916	5.899	983	6.860	1.944
Total	8.479	10.120	1.641	11.732	3.253

20.3 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras mantidos pela Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa	50	1.949
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	8.222	9.553
Total	8.272	11.502

Contas a receber

A administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, em função da reputação destas empresas, mercado onde atuam e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

20.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2023.

O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da *Holding* do grupo (Enel Spa) que, por meio da *Enel Finance International (EFI)*, poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de fornecedores, empréstimos e financiamentos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2023						
Fornecedores	-	66.279	-	-	-	66.279
Empréstimos e financiamentos - pós fixados	435	706	3.172	17.108	43.545	64.966
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas (nota 19)	3.201	18.319	68.929	-	-	90.449
Total	3.636	85.304	72.101	17.108	43.545	221.694

20.5 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

20.6 Gestão de capital

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Administração.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido, conforme detalhado a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	143.927	105.297
Dívida	143.927	105.297
Caixa e equivalentes de caixa	(50)	(1.949)
Dívida líquida	143.877	103.348
Patrimônio líquido	(25.184)	(11.406)
Índice de endividamento líquido	121%	112%

21. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos cobertos	Vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (sinistro)
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/23	31/10/24	224.851	5.330.451
Responsabilidade civil geral	31/10/23	31/10/24	n/a	1.260.750
Responsabilidade civil de administradores	10/11/23	10/11/24	n/a	77.618
Riscos ambientais	31/10/23	31/10/24	n/a	106.609

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.

22. Eventos Subsequentes

Em 30 de janeiro de 2024 foi aprovado aumento de capital no montante de R\$ 86.800, mediante emissão de 86.800.000 novas quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e parcialmente integralizado pela sócia Enel Brasil S.A. através da capitalização do saldo de AFAC de R\$ 2.800 e R\$ 84.000 a serem integralizados até 31 de dezembro de 2024.